

Sindipetro **MG**

Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais

FUP CUT



**Especial
Anistia**

ABRIL/04



PARABÉNS PETROLEIROS

A anistia e nossas chefias

No Brasil, praticamente, durante as duas últimas décadas do século XX, a classe trabalhadora passou, uma parte do tempo, lutando por melhores condições de vida e trabalho. A outra parte do tempo, lutando pela anistia de companheiros punidos.

O nosso sistema capitalista, periférico, com uma elite retrógrada, nunca admitiu que as outras classes sociais reivindicassem uma maior participação no que era e é produzido pela sociedade.

Para manter seus privilégios a elite, que sempre dominou a política e a sociedade brasileira impedia, de todas as formas, que os partidos e sindicatos, que representavam outros setores e classes, prosperassem. Passamos de uma sociedade agrária e rural para outra industrializada e urbana, sem que esse tipo de atitude mudasse. Assim, quanto mais reprimidos mais os trabalhadores lutavam, chegando ao ponto em que essa elite (industrial, financeira e agrária) optava por um golpe de Estado, fechando partidos políticos e intervindo nos sindicatos.

Vieram, então, a tortura, mortes, exílios de quem era opositor à política imposta por essa elite, com as forças armadas e policiais ao seu lado. Porém, apesar do peso dessas forças, os trabalhadores retomavam as lutas com as reivindicações tradicionais mais a defesa da anistia a todos os perseguidos e punidos.

Nunca esquecemos os que sofreram qualquer tipo de perseguição.

Assim, ocorreu com os companheiros perseguidos no golpe de 64; com os companheiros petroleiros na greve de 1983, nos movimentos de 89 e, mais recentemente, os punidos nas greves de 94/95.

Uma vitória dos trabalhadores

A recente anistia dos petroleiros demitidos foi decretada pelo Governo LULA, eleito no campo das esquerdas. É a primeira vez que as forças populares elegem um presidente do seu meio, apoiado por um partido deste mesmo meio.

Apesar desse fato, marcante politicamente, no Brasil, a anistia dos petroleiros não deixou de ser uma vitória dos trabalhadores. Afinal, seu desfecho se deu quase dez anos depois das demissões e punições. E, nesse período, nunca esquecemos os que foram punidos porque lutaram.

A cada vitória da classe trabalhadora, as elites, a direita e seus subalternos agem, no sentido de descaracterizar essa vitória



ou de tentar marcar posição no sentido de dizer que eles é que “ainda mandam”.

É dentro desse raciocínio que se enquadra a infeliz exigência do super que não queria aceitar o retorno dos punidos aos setores de origem. São atos, aparentemente simples, mas que marcam uma posição da administração da Regap de não admitir a sua derrota. E se coloca, por isso, de maneira clara que estão com essa direita que controlou e ainda controla o país.

Não devemos nos iludir, portanto, pelo fato de termos eleito nosso Presidente da República, e nem termos na Presidência da Petrobrás, um homem do nosso meio. A direita mais retrógrada ainda está encastelada na empresa.

Nossas lutas, nossas vitórias continuarão sofrendo a mesma sabotagem de antes. Mas, agora, muitas vezes, elas são mais sutis.

A anistia e algumas conquistas não podem fechar nossos olhos para outras mudanças que ainda não fizemos. Afinal, muitos que estão ocupando cargos de chefia, e que estão entre os responsáveis pelas perseguições e demissões após as greves de 94/95, continuam no comando na Regap.

Pessoas que fizeram a mais sórdida campanha contra os grevistas e que chegaram à baixa de durante a greve de 94 pregar cartaz na subestação dizendo que estava “ocupada pelo Sindipetro/MG. Afaste-se”. Pessoas como essas sempre serviram à direita e sua formação veio de seus antecessores, do tempo da ditadura militar.

Para essa gerência, a anistia e a reparação de outras tantas punições, é uma situação inaceitável e, portanto, tentaram e tentarão de tudo para sabotá-la. Diante dessa realidade, não podemos “baixar a

guarda”.

Conquistamos postos importantes no comando da Petrobrás e da Petros. Mas a empresa está, em suas diversas unidades, sob o comando dos mesmos de sempre.

É bom deixar claro que não estamos lutando por uma “caça as bruxas” ou, ainda, por uma justiça “olho por olho, dente por dente”.

Precisamos afastar essa gente dos cargos de chefia e confiança que ontem e hoje ocupam, e colocar pessoas capazes e que respeitem os trabalhadores e seus representantes, sem o terrorismo que sempre fizeram e ainda fazem contra os trabalhadores.

Portanto, companheiros, avançamos. Mas os nossos carrascos continuam em alguns postos de comando. Por isso, a luta continua.

A Anistia foi um grande passo, mas outros maiores nos esperam.



A conquista

Senado aprova Projeto de Anistia dos Petroleiros! Agora é só aguardar a sanção do Presidente Lula

O Senado aprovou no dia 12, na íntegra, o Projeto de Lei Complementar 77/03, que anistia os petroleiros demitidos e punidos por participação em movimentos grevistas ocorridos entre setembro de 94 e setembro de 96. O projeto, de autoria do deputado federal Luciano Zica (PT/SP), foi aprovado por consenso por todos os senadores e deverá ser encaminhado, esta semana, para sanção da Presidência da República.

O presidente Lula tem prazo de até 15 dias para sancionar o projeto de lei que anistia os petroleiros. Mas o deputado Luciano Zica acredita que o presidente fará isso o mais rápido possível. Será a vitória de uma luta histórica da FUP e dos sindicatos que há oito anos lutam por justiça aos companheiros que foram arbitrariamente demitidos por defenderem os direitos da categoria.



ANISTIADOS RECEBEM CRACHÁ PARA ENTRAR NA FÁBRICA

CONHEÇA O PROJETO

O congresso Nacional decreta: Art.1º - É concedida anistia a dirigentes, representantes sindicais e demais trabalhadores integrantes da categoria profissional dos empregados da empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás - que, no período compreendido entre 10 de setembro de 1994 e 1º de setembro de 1996, sofreram punições, despedidas ou suspensões contratuais, em virtude de participação em movimento reivindicatório, assegurada aos dispensados ou suspensos a reintegração no emprego.

Parágrafo Único - As pendências financeiras serão acertadas com base nos parâmetros dos acordos de retorno de dispensados ou suspensos homologados na Justiça do Trabalho pela Petrobrás no ano de 2003.

Art.2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Os ventos da mudança

Uma nova Petrobrás é possível!

Com um discurso nacionalista e de fortalecimento da Petrobrás enquanto estatal, o novo presidente da empresa, José Eduardo Dutra assumiu o cargo na última sexta-feira, renovando os ânimos e a esperança dos petroleiros. Depois de elegermos Lula, pela primeira vez na história, temos também um trabalhador na presidência da Petrobrás, a maior e mais estratégica empresa do país.

Com um passado de lutas sociais e de defesa do patrimônio público, Dutra atende ao perfil de dirigente defendido pelos petroleiros e enfatizado nas propostas geradas pelo Seminário Nacional da FUP/Sindicatos sobre o setor petróleo a Petrobrás no governo Lula, realizado nos dias 03 e 04 de dezembro.

São muitos os desafios do novo presidente da Petrobrás. Nossas expectativas, também. Sabemos que as principais mudanças acontecerão de forma gradual. Outras já estão latentes, como a democratização da relação entre os trabalhadores e a direção da empresa. Ex-dirigente da CUT, José Eduardo Dutra tem por princípio o respeito ao diálogo e à interlocução com o movimento sindical.

Na solenidade de posse, na última sexta-feira, a FUP lhe entregou o documento gerado pelo Seminário Nacional e agendou com ele uma reunião para o próximo dia 21, onde iniciaremos as discussões das principais reivindicações da categoria.



ANISTIA PASSO A PASSO

04 a 12 FEVEREIRO

FUP volta a reunir-se dia 11 com a direção da Petrobrás para tratar da reintegração de demitidos e anistiados

Após reunião no dia 21 de janeiro com o presidente da Petrobrás, José Eduardo Dutra, para tratar das principais questões pendentes da categoria, a FUP retorna à empresa na próxima semana para dar início às negociações das comissões que tratam da reintegração dos petroleiros demitidos por participação nas greves de 94 e 95 e da anistia dos companheiros das extintas subsidiárias Interbrás e Petromisa. Estas duas comissões formadas pela FUP reúnem-se com a direção da Petrobrás no dia 11, às 14 horas, no Rio.

A FUP está também agendando com a empresa um calendário de reuniões para dar prosseguimento imediato às discussões já iniciadas com o presidente da Petrobrás.

Entre os pontos mais urgentes da agenda dos petroleiros, estão a campanha da PLR, o acordo coletivo dos trabalhadores da Transpetro, a reposição de efetivo e revisão da terceirização, o fim das discriminações e da política de bônus, a participação dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobrás e questões relacionadas à Petros e à AMS, principalmente o que se refere aos empregados novos e aposentados.

Na reunião do dia 21 com o presidente da Petrobrás, a FUP deixou claro que a discussão sobre a reintegração dos petroleiros demitidos nas greves de 1994 e 1995 deverá ser baseada no projeto de lei de sua autoria, que já foi aprovado pelo Senado e encontra-se atualmente em tramitação na Câmara.

O projeto de lei criado em 1995 por Dutra, quando exercia o mandato de senador pelo PT-SE, prevê a anistia e a reintegração dos petroleiros demitidos nestes dois movimentos grevistas, com todos os seus direitos garantidos.

Além disso, a FUP/Sindicatos cobrou do presidente da Petrobrás a reversão das punições, também arbitrariamente impostas, pela direção da empresa, aos trabalhadores, em retaliação às greves de 94 e 95.

19/03/2003

Petrobrás avança na proposta para reintegração dos demitidos

A Petrobrás apresentou a FUP/Sindicatos nesta quarta-feira um novo

projeto para reintegração dos petroleiros demitidos por participação nas greves de 1994 e 1995. Após questionamento da Federação, a empresa alterou os critérios apresentados anteriormente para indenização e avanço de níveis destes trabalhadores.

Em sua nova proposta, a Petrobrás acaba com a discriminação que estabelecia entre 40% e 80% a indenização sobre as remunerações pelo período em que os demitidos estiveram afastados. Todos passam a ter direito a 80% sobre o valor final da indenização, apesar da FUP/Sindicatos ter reivindicado 100%.

A nova proposta também estabelece avanço de quatro níveis para cada petroleiro demitido, sendo que dois níveis nos mesmos moldes dos acordos de trabalho assinados em 2001 e em 2002, quando a categoria teve a opção de troca por parte da VP-DL. A FUP/Sindicatos estará encaminhando a proposta aos sindicatos, para que convoquem os trabalhadores demitidos e discutam os critérios de reintegração estabelecidos pela Petrobrás. Os acordos serão individuais.

Este é um momento histórico para todos os petroleiros que, mesmo perseguidos e atacados ao longo do governo FHC, nunca desistiram da luta, sempre acreditando na vitória da classe trabalhadora. Vitória que teve início com a eleição de Lula e prossegue com as mudanças na gestão da Petrobrás e da Petros. A reintegração dos companheiros arbitrariamente demitidos após as históricas greves de 94 e 95 é parte desta vitória que é de todos nós trabalhadores.

A FUP/Sindicatos continuará cobrando da direção da Petrobrás que também repare os danos causados aos companheiros que não estão sendo contemplados pela atual proposta de reintegração da empresa. São trabalhadores que foram demitidos e punidos por FHC após as greves de 94 e de 95, também por motivos políticos.

A LUTA AGORA É PELA ANISTIA

A FUP/Sindicatos já está agendando reuniões em Brasília com lideranças do governo e demais parlamentares para tratar do projeto de lei que anistia os petroleiros. O projeto, de autoria do então senador José Eduardo Dutra, está em tramitação na Câmara dos Deputados e prevê a anistia e reintegração ampla e irrestrita de todos os demitidos. O deputado federal Antônio

Carlos Biffi (PT/MS) foi designado o novo relator do projeto de lei, em substituição ao ex-deputado Jair Meneguelli. A decisão foi tomada no dia 27 de fevereiro pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara, da qual Antônio Biffi faz parte.

03 a 09/04/2003

A pressão no parlamento FUP agenda reunião com parlamentares para tratar da anistia dos petroleiros demitidos

Na próxima semana, representantes da FUP estarão em Brasília reunindo-se com as principais lideranças parlamentares para agilizar a tramitação do projeto de lei 5486/2001 (de autoria do então senador José Eduardo Dutra), que prevê a anistia e reintegração dos petroleiros demitidos nas greves de 94 e 95.

O relator do projeto, deputado Antônio Carlos Biffi (PT/MS) deverá apresentar à Comissão de Trabalho da Câmara voto favorável à aprovação do PL. Segundo ele, o projeto restabelece princípios constitucionais fundamentais ao estado democrático, como o direito à greve e o pluralismo político.

11 a 16/04/2003

Petrobrás poderá ampliar proposta de reintegração para todos os demitidos nas greves de 94 e 95

Durante reuniões em Brasília nos dias 08 e 09 para tratar do projeto de lei de anistia dos petroleiros, a FUP e a comissão de demitidos (o representante de Minas nesta comissão era o companheiro Márcio Nicolau) foram informados por parlamentares e lideranças do governo de que há possibilidades do presidente José Eduardo Dutra ampliar a proposta de reintegração, contemplando, assim, todos os companheiros demitidos por participação nas greves de 94 e 95.

A FUP sempre privilegiou e valorizou a mesa de negociação na busca do atendimento das nossas principais reivindicações. Nos embates travados com a Petrobrás, a FUP/Sindicatos tem defendido não só a reintegração de todos os companheiros demitidos nas greves de 94 e 95, mas também a suspensão de todas as punições aplicadas pela empresa. É com este propósito que voltaremos à mesa de negociação nesta sexta-feira (11/04) e

buscaremos a ampliação da proposta de reintegração apresentada à categoria no dia 12 de março.

O projeto de lei de anistia em tramitação na Câmara terá relatório favorável e continuará sendo um importante canal de luta para a FUP/Sindicatos. Mas, se há possibilidades de avanços na proposta de reintegração da Petrobrás, como sinalizou o presidente da empresa para os parlamentares, a FUP continuará buscando na mesa de negociação contemplar todos os companheiros demitidos e punidos nas greves de 94 e 95.

17 a 23/04/2003

Petrobrás concorda em negociar na mesa a reintegração de todos os demitidos de 94 e 95

Em reunião com a FUP/Sindicatos no último dia 11, a direção da Petrobrás informou que pretende ampliar a proposta de reintegração dos petroleiros que foram demitidos durante as greves de 94 e 95.

A empresa concorda em negociar na mesa a reintegração de todos os demitidos por participação nestes dois movimentos grevistas, cujos nomes não constavam na listagem original da Petrobrás. A FUP voltou a cobrar também a reversão de todas as punições.

28/5 a 4/6/2003

Projeto de Anistia dos petroleiros deve ter andamento nas próximas semanas

A assessoria do deputado Antônio Carlos Biffi (PT/MS), relator do projeto de anistia dos petroleiros que está em tramitação na Câmara, informou à Coordenação da FUP que a Comissão de Trabalho deverá estar analisando o projeto nas próximas semanas. Segundo a assessoria de Biffi, vem sendo construído gradativamente um consenso para que o projeto seja aprovado sem resistência.

Em reunião no último dia 26 em Brasília com a Coordenação da FUP, o principal assessor de Biffi, Antônio João Carlos Pires, esclareceu que não há qualquer impeditivo por parte da Petrobrás para que o projeto de anistia siga seu encaminhamento natural no Congresso. Segundo ele, está sendo buscado um entendimento político para que o projeto seja aprovado sem alteração do conteúdo.



ANISTIA PASSO A PASSO

19 a 25/06/2003

FUP/Sindicatos cobra agilidade na tramitação do projeto de anistia dos petroleiros

Dirigentes da FUP reuniram-se em Brasília no dia 11 de junho com a assessoria do deputado federal Antônio Carlos Biffi (PT/MS) e outros parlamentares para cobrar urgência no andamento do projeto que prevê a anistia dos petroleiros demitidos por participação nas greves de 94 e 95. Os parlamentares informaram que encaminhariam esta semana documento assinado pelas lideranças do governo com pedido de urgência urgentíssima no projeto. A intenção é que o relatório do projeto seja analisado nos próximos dias pela Comissão de Trabalho da Câmara.

07 a 16/07/2003

Categoria prova tradição de resistência e luta

Petroleiros relembram 20 anos da greve que desafiou a ditadura e impulsionou a criação da CUT

Os petroleiros do estado de São Paulo e da Bahia realizam nesta segunda-feira (07/7) dois grandes atos políticos em homenagem aos 20 anos da histórica greve de 1983, que parou por seis dias as refinarias de Paulínia e Mataripe em plena ditadura militar. Em vários outros estados do país, a categoria também estará mobilizada, lembrando esta que foi uma das nossas lutas mais significativas. A coragem dos petroleiros em enfrentar a Lei de Segurança Nacional para preservar direitos trabalhistas que o governo militar ameaçava atacar acabou impulsionando a criação da CUT, em agosto daquele mesmo ano.

Vinte anos depois, a REPLAN e a RLAM são novamente palco de um momento histórico para os petroleiros. A greve de 83 está inserida nas transformações políticas que sacudiram o Brasil nestas últimas décadas, culminando com a vitória de um representante dos trabalhadores nas eleições presidenciais.

Portanto, é com orgulho que os trabalhadores da REPLAN estarão presentes nesta segunda-feira pela manhã na porta da refinaria participando do ato que homenageará os petroleiros cassados e demitidos nesta histórica greve. No mesmo dia, os trabalhadores da RLAM irão inaugurar uma placa comemorativa da greve no refeitório da refinaria.

06 a 12/11/2003

Projeto de anistia dos petroleiros aprovado na Câmara deve ser votado na quarta (12) no Senado

Após ter sido aprovado dia 28 na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Complementar - PLC 77/03, de autoria do deputado Luciano Zica (PT/SP), deverá ser votado dia 12, em regime de urgência, no Senado. O projeto concede anistia aos petroleiros demitidos e punidos por participação em movimentos grevistas ocorridos entre setembro de 94 e setembro de 96.

Segundo o deputado Luciano Zica, há consenso no Senado com os líderes do governo, do PT, PSDB, PMDB e PFL para que o projeto seja aprovado sem alterações na redação votada pelos deputados federais. Zica está confiante de que o projeto será sancionado pelo presidente Lula ainda este mês. Na solenidade de assinatura do ACT, o presidente da Petrobrás anunciou que a direção da empresa aprova na íntegra o projeto de anistia.

Os petroleiros esperam não precisar cobrar este compromisso. A anistia é questão de honra para a FUP e os sindicatos que lutam há oito anos para fazer justiça aos companheiros arbitrariamente demitidos e punidos.

05 a 10/12/2003

Retorno dos anistiados deve ocorrer ainda em dezembro

Na reunião da Comissão que trata das demissões e punições (03/12), a FUP/Sindicatos cobrou a reintegração, já a partir deste mês, dos demitidos anistiados pela Lei 10.790, sancionada 28/11 pelo presidente Lula. A Petrobrás ficou de apresentar na próxima reunião da Comissão, marcada para o dia 11/12, a relação dos trabalhadores que foram demitidos entre setembro de 94 e 96.

Além de sua listagem oficial, onde constam 83 demitidos, a empresa também está analisando a lista complementar apresentada pela FUP e sindicatos no início do ano, com mais 13 casos de demissões políticas ocorridas neste período.

Os sindicatos estão concluindo o levantamento de todas as demissões e punições em consequência de participação dos trabalhadores em movimentos reivindicatórios entre 10/09/94 a 01/09/96,

como determina a Lei 10.790.

Ou seja, a anistia vale para todos os movimentos reivindicatórios deste período, além das greves de 94 e 95.

30/12/2003

O andamento das negociações

Demitidos anistiados: Petrobrás propõe participação da FUP na Comissão Interministerial
Demitidos anistiados: Petrobrás propõe participação da FUP na Comissão Interministerial

Na reunião da Comissão de Demitidos e Punidos, ocorrida nesta segunda (30), a FUP/Sindicatos cobrou da Petrobrás uma resposta à anistia dos 96 demitidos cuja listagem foi protocolada pela Federação junto à empresa na semana passada. A Petrobrás informou que o decreto presidencial que cria a Comissão Interministerial que irá tratar da anistia dos petroleiros será publicado até quarta-feira (31) no Diário Oficial. A empresa propôs a participação de um representante da FUP na Comissão que, além dos Ministérios das Minas e Energia e do Planejamento, será também composta pela Petrobrás.

A FUP/Sindicatos reafirmou sua posição contrária a esta Comissão por entender que a lei é auto-aplicável e também porque a reintegração dos anistiados deve ser tratada na Comissão de Demitidos e Punidos, já prevista no ACT. No entanto, diante da posição da direção da Petrobrás e do governo de manterem a Comissão Interministerial, a FUP/Sindicatos, mesmo

discordando desta Comissão, entende que tem que estar presente na mesma para defender os direitos dos companheiros demitidos. A Federação deixou claro que a Comissão prevista no ACT continua sendo o nosso fórum máximo de negociação das questões referentes aos demitidos e punidos. A FUP/Sindicatos também voltou a cobrar que a homologação das reintegrações ocorra o mais rápido possível, assim como maior agilidade da empresa em relação à anistia das punições.

01/03/2004

De volta a empresa
Comissão em sua segunda reunião aprova relação de mais 21 anistiados

Na reunião do dia 20 de fevereiro, foi aprovada a relação de mais 21 companheiros anistiados, sendo 05 da Regap.

A Comissão Interministerial de Anistia começou a analisar os requerimentos dos demitidos em sua última reunião, ocorrida no último dia 13/2. Durante sua primeira reunião, a Comissão analisou e aprovou 31 requerimentos de anistia.

Foram protocolados 245 requerimentos de anistia junto à Petrobrás, enviados pelos Sindicatos à FUP.

A perspectiva é a de que todos os pedidos de anistia dos demitidos sejam analisados até final de março.

Todos os requerimentos enviados pelo Sindipetro/MG foram aprovados.

Veja a relação dos anistiados de Minas

EUGÊNIO A. RANNA DE MACEDO, MÁRIO ALÉXIS C. DE AZEVEDO, MÁRCIO NICOLAU MACHADO, FRANCISCO ALMEIDA FERREIRA, WAGNER DUARTE DE FARIA, LUCIMAR SIQUEIRA DE ARAÚJO.





ANISTIA PASSO A PASSO

18/03/04

Anistia e requerimento
Lei 10.790: FUP insiste que
anistia das punições não
necessita de requerimentos

Os representantes da FUP continuam discutindo na Comissão Interministerial a exigência de requerimentos individuais para anistia das punições. O entendimento da Federação e dos Sindicatos é de que as punições sejam discutidas na mesa de negociação com a Petrobrás, através da Comissão de Demitidos e Punidos, prevista no ACT justamente para tratar destes casos. Mas, enquanto isso não acontece, a orientação é para que os sindicatos recebam os requerimentos até o dia 06 de abril e os enviem imediatamente à FUP, que estará protocolando os documentos no dia 07, caso a Comissão Interministerial não atenda à reivindicação da categoria. A data final para protocolo dos requerimentos de anistia é 11 de abril, domingo de Páscoa. Portanto, na prática, o prazo se esgota no dia 08, já que 09 de abril é feriado nacional (sexta-feira santa). Quem tem direito à anistia Todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás, demitidos e/ou punidos por participação em movimentos reivindicatórios, entre setembro de 94 e setembro de 96. Inclusive os que já se aposentaram ou deixaram a empresa. A anistia deve contemplar todas as punições sofridas: dias parados, suspensões e seus reflexos (FGTS, 13º, etc); transferências compulsórias (remanejamentos forçados); mudança de regime; aumento por mérito e promoções que deixaram de ser concedidos; advertências verbal e/ou escrita, entre outras. É importante que o trabalhador anexe ao requerimento documentos que possam comprovar a punição sofrida. Atos de reintegração Terça-feira, 16/03, os trabalhadores da REVAP deram as boas vindas aos companheiros anistiados que estão retornando à refinaria. O ato foi organizado pelo Sindipetro-São José dos Campos e contou com a participação de vários dirigentes sindicais e representantes da FUP. Na quinta-feira (18), os Sindicatos de Minas Gerais e de Sergipe/Alagoas também realizaram atos de reintegração para saudar os companheiros anistiados da REGAP, do E&P SEAL e da FAFEN-SE. Até o momento, 52 companheiros demitidos foram anistiados. A Comissão Interministerial volta a reunir-se nesta sexta, 19/03.

Reproduzimos a saudação do deputado Luciano Zica à conquista da Anistia pela nossa categoria.

Brasília, 17 de março de 2004

À Direção do Sindipetro de Belo Horizonte e
Companheiros(as) da REGAP

Não poderei estar presente na reintegração dos/as companheiros/as na REGAP no próximo dia 18 de março. Há necessidade de minha presença em Brasília nesse dia em função da realização de um seminário da Ouvidoria Parlamentar, sobre a questão do recesso parlamentar e do pagamento pelas convocações extraordinárias.

Nesse momento tão significativo, envio o meu grande abraço aos/às companheiros/as que estão sendo reintegrados/as. Essa vitória é coletiva, é da categoria, dos sindicatos, dos deputados e senadores que apoiaram a causa. Embora alguns/as companheiro/as insistissem em mobilizar os/as petroleiros/as contra a nossa proposta, temos a clareza de que ela é uma vitória de toda a classe trabalhadora. Foram longos nove anos na condução desse processo e na sustentação da mobilização dessas lutas.

Outras lutas – e outras vitórias – estão por vir. O importante é manter nossa mobilização, nossa união e a força da organização da categoria.

Forte abraço,

LUCIANO ZICA, petroleiro - Deputado Federal – PT/SP e Ouvidor Geral da Câmara de Deputados

Convocação dos punidos

Sindipetro/MG convoca companheiros punidos nas greves de 94/95 para preencher requerimento de anistia

Em relação aos punidos, a FUP está trabalhando junto à Comissão, para que a avaliação de seus pedidos de anistia seja de forma diferente da adotada para os demitidos. O objetivo é agilizar a solução dos pedidos, tendo em vista a quantidade de companheiros que sofreram outras punições que não a demissão.

O Sindipetro/MG convoca todos os companheiros punidos com balão e advertência nas greves 94/95, por retirada de direitos ou quem se sentir lesado por qualquer tipo de perseguição decorrente das greves. O objetivo é que o requerimento seja preenchido e assinado, com relato de próprio punho dos fatos ocorridos. A Lei anistia qualquer companheiro punido entre 10 de setembro de 1994 a 01 de setembro de 1996.

É fundamental que os companheiros compareçam ao Sindicato a partir de hoje (01/3), pois o prazo para protocolar qualquer pedido de anistia é até o dia 11 de abril/04.

11/4/2004 – Prazo final para que o requerimento de anistia seja protocolado na Petrobrás.

DEZ DIAS – é o prazo impreterível para recurso, a contar da data de publicação da análise da Comissão no Diário Oficial da União.

AGOSTO DE 2004 – conclusão dos trabalhos da Comissão de Anistia.

Mais páginas da nossa história

As greves de Maio e Junho de 1995

A greve de 32 dias que os petroleiros fizeram entre maio e junho de 1995 foi a mais longa da história do sindicalismo brasileiro. Mais uma vez, a categoria fez história. Desafiou e desmoralizou o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que julgou a greve abusiva duas vezes, e desmascarou a face autoritária e conservadora do governo Fernando Henrique Cardoso, cuja truculência no contra-ataque aos trabalhadores em nada se diferenciou aos tempos da Ditadura Militar.

A greve de 32 dias que os petroleiros fizeram entre maio e junho de 1995 foi a mais longa da história do sindicalismo brasileiro. Mais uma vez, a categoria fez história. Desafiou e desmoralizou o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que julgou a greve abusiva duas vezes, e desmascarou a face autoritária e conservadora do governo Fernando Henrique Cardoso, cuja truculência no contra-ataque aos trabalhadores em nada se diferenciou aos tempos da Ditadura Militar.

Os petroleiros iniciaram a greve no dia 03 de maio, junto com os trabalhadores das outras empresas estatais e os funcionários públicos, em um movimento unificado, convocado pela CUT contra o arrocho salarial e as reformas constitucionais impostas por FHC, entre elas a quebra do monopólio estatal do petróleo.

O movimento unificado foi perdendo força e os petroleiros acabaram sustentando a greve sozinhos pelo cumprimento, por parte do governo, de um protocolo assinado em novembro de 1994 pelo então presidente Itamar Franco, garantindo o reajuste de internáveis e a manutenção das cláusulas do Acordo Coletivo anterior. Mas, o governo FHC recusava-se veementemente a cumprir o acordo, aprofundando o arrocho salarial, cujas perdas no bolso dos petroleiros já ultrapassavam os 100%.

Mas, além das reivindicações salariais e trabalhistas, a greve de maio 1995 teve como principal bandeira da luta contra a quebra do monopólio estatal do Petróleo e a defesa da soberania nacional. A adesão foi excelente, de Norte a Sul do país, com mais de 90% dos petroleiros de braços cruzados.

O movimento foi ganhando a solidariedade de centenas de sindicatos, dos estudantes, de vários parlamentares, de organizações não governamentais brasileiras e estrangeiras e de boa parte da população, apesar da absurda campanha do governo e da mídia para jogar a opinião pública contra os grevistas. Enquanto os trabalhadores se revezavam nas refinarias para garantir o abastecimento mínimo e preservar os equipamentos, a imprensa fazia terrorismo sobre a falta de gás.

Na Bacia de Campos, um poço de petróleo era fechado a cada 12 horas, reduzindo-se gradativamente a produção para a indústria, mas preservando-se o abastecimento à população. “A paralisação da produção deve ter como diretriz a não penalização da população”, orientava a FUP em seus boletins.

No dia 09 de maio, o TST julgou a greve abusiva, apesar da legitimidade das reivindicações da categoria, que exigia o cumprimento de acordos já previamente assinados. Mas, os petroleiros não se intimidaram. Nem mesmo quando, na madrugada do dia 24, o Exército ocupou as refinarias do Paraná (REPAR), Paulínia (REPLAN), Mauá (RECAP) e São José dos Campos (REVAP), repetindo a mesma ação de 1988 na CSN, em Volta Redonda, que teve como consequência o brutal assassinato de três metalúrgicos.

Os petroleiros continuaram impassíveis nas refinarias. A direção da Petrobrás cortou, então, o salário dos grevistas. A solidariedade aumentou e uma campanha nacional de arrecadação foi deflagrada para compra de cestas básicas.

Quanto mais o governo endurecia com os trabalhadores, mais a resistência

aumentava. Resistência era a palavra de ordem. Resistência contra o projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Resistência contra a arbitrariedade do TST, que novamente serviu de instrumento do governo ao julgar mais uma vez a greve abusiva, no dia 26 de maio. O Tribunal impôs multas milionárias aos sindicatos e à FUP R\$ 100 mil diários para cada dia não trabalhado.

Os trabalhadores não desistiram da luta e continuaram em greve. A direção da Petrobrás voltou a agir, demitindo de uma só vez 59 petroleiros, entre eles, vários dirigentes sindicais. O então coordenador da FUP, Antônio Carlos Spis, encabeça a lista. No dia 1 de junho, uma frente parlamentar foi formada por representantes de vários partidos, com o compromisso de intermediar a reabertura das negociações com a Petrobrás, em nome do Congresso. A direção da empresa aceitou, dizendo que cancelaria as punições e parcelaria os dias parados. No dia 02, a FUP indicou o fim da greve, que foi aprovado em assembleias em todo o país, com exceção dos trabalhadores da refinaria de Cubatão (RPBC), que seguiram em greve até o dia seguinte.

Apesar do fim da greve, os sindicatos e a FUP tiveram suas contas bloqueadas, o repasse das mensalidades dos associados retido e os bens penhorados. Para manterem-se em funcionamento, alguns sindicatos foram obrigados a atuar com enorme dificuldades. Tamanha repressão sofrida pelos trabalhadores e sindicalistas só havia ocorrido no Brasil na época da ditadura militar.

A máscara democrática de FHC foi derrubada. O caráter repressivo de seu governo ficou evidente na criminosa

demissão dos dirigentes sindicais e nos canhões dos tanques do Exército apontados contra os trabalhadores nas refinarias. Mas, apesar da truculência de FHC, dos julgamentos viciados do TST, das inverdades veiculadas pela mídia, da manipulação dos estoques de combustíveis pelas distribuidoras, entre tantos outros ataques, a greve de 32 dias dos petroleiros em 1995 foi essencial para a história do sindicalismo. A categoria conseguiu fomentar junto à opinião pública as mais profundas discussões políticas sobre o direito de greve, a livre negociação, o papel da Justiça do Trabalho e a liberdade de organização sindical.

1994

A categoria entra em greve duas vezes neste ano, com adesão em todo o país. A primeira começou em 27 de fevereiro e durou nove dias. A Segunda greve teve início em 22 de novembro e terminou dois dias depois, quando a direção da Petrobrás assinou um protocolo, garantindo o pagamento de 10% a 12% de reajustes relativos aos internáveis.





VITÓRIA DOS TRABALHADORES

